



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623

licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

PREGÃO N.º 074/2020

PROCESSO N.º 2534/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO DE USO DE SISTEMA PARA UTILIZAÇÃO DE PROCESSO NO ÂMBITO DE EXECUÇÃO FISCAL PARA A PROCURADORIA JURÍDICA/SETOR DE DÍVIDA ATIVA DO SEMAE, INTEGRADO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES

Ref.: Questionamento

Questionamento apresentado pela empresa **SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA**, CNPJ/MF sob nº 82.845.322/0001-04, o Setor de Suprimentos, recebe e disponibiliza a quem possa interessar.

1 – ITEM 4.4.2 (P. 2): “Procuração por instrumento público ou procuração por instrumento particular com a firma do representante legal reconhecida em cartório, no qual constem poderes específicos, conforme dizeres abaixo:”

Questionamento: Tendo em vista que um documento assinado digitalmente (com a utilização de um certificado digital) tem a mesma validade jurídica que um cartório poderia atribuir caso você assinasse um documento físico e pedisse o reconhecimento de firma. Entendemos que a assinatura digital será o suficiente para atender ao item supracitado. É correto este entendimento?

sim

2 – ITEM 7.5.3 (P. 5): “Indicação, através de declaração, do pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação.”

Questionamento: Quais informações devem conter na declaração solicitada acima, nome, CPF, cargo? Ou uma declaração simples, no qual informe que a licitante possui pessoal/equipe técnica adequado para a realização do objeto da licitação é o suficiente?

declaração simples, no qual informe que a licitante possui pessoal/equipe técnica adequado para a realização do objeto da licitação

Em atendimento aos questionamentos sobre o Termo de Referência, seguem as respectivas respostas elaboradas junto das áreas envolvidas:

1 - Objeto (p.1):

Questionamento: Podemos entender como treinamento periódico o fornecimento de conteúdo EaD em plataforma de ensino sobre novas funcionalidades? Ainda, é correto entendermos como treinamento periódico o treinamento no caso de evoluções tecnológicas que alterem significativamente o sistema que exijam uma nova capacitação dos usuários?



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623

licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

O treinamento periódico pode ser ministrado via EaD, desde que o conteúdo disponível seja satisfatório e entendível... Caso persistam dúvidas, onde o conteúdo disponibilizado não abranja, deverá ser disponibilizado outro canal para que haja contato entre as partes e que seja dado o tratamento adequado para complemento do treinamento.

2 – Item 2.1.1 (p.2): "As certidões de Dívida Ativa deverão estar disponíveis no sistema para ajuizamento por parte desta Procuradoria, possibilitando o agrupamento de CDA's pelo nome do devedor, documento de identidade, CPF e código do imóvel."

Questionamento: Objetivando a não duplicidade de credores no sistema, é correto afirmarmos que o agrupamento de CDAs deve-se dar exclusivamente pelo nome do devedor, número de CPF ou CNPJ e código do imóvel?"?

O objetivo da exigência deste item é permitir que seja feito agrupamento de CDA's para fins de ajuizamento de uma única ação seja em relação ao mesmo devedor, mesmo endereço etc. Portanto, ao se referir "documento de identidade"deverá ser considerado como CPF ou CNPJ, ou seja, documentos que identifiquem o devedor, seja ele pessoa física ou jurídica. O SEMAE aproveita a oportunidade e esclarece que código do imóvel, matrícula ou código da ligação são expressões utilizadas para identificar o imóvel.

3 – Item 2.3.1 (p. 3): "O sistema deverá permitir a geração de planilha de cada fluxo de trabalho."

Questionamento: O que se entende por geração de planilha de cada fluxo de trabalho? E qual a necessidade que esta planilha deve atender?

O sistema deverá permitir a geração de relatório de cada fluxo de trabalho, que possa ser exportado para planilha eletrônica.

4 – Item 2.3.3 (p. 3): "Possuir ferramenta de pesquisa dos registros por campos diferenciados como, número de processo, número de CDA, nome do devedor/executado, endereço do devedor, matrícula e número de protocolo"

Questionamento: Possuir ferramenta de pesquisa dos registros por campos como, número de processo, número de CDA, nome do devedor/executado, endereço do devedor, matrícula, é correto entendermos que é o suficiente para atender ao item citado acima?

Conforme redação, os campos são exemplificativos, devendo o sistema prever mecanismos de buscas para localização do processo, de forma mais ampla e ágil possível.

5 – Item 2.4.4 (p.4): "Permitir que o Procurador Chefe restrinja acessos e movimentações."

Questionamento: O Procurador Chefe pode restringir acessos e movimentações para qualquer usuário ou grupo de usuários, porém como é uma parametrização do sistema, para não haver equívocos, entendemos que estas restrições devem ser solicitadas mediante chamado técnico e efetuada pela contratada. Nosso entendimento é correto?

O licitante deve considerar essa ferramenta quando da formulação da proposta, sendo que essa funcionalidade deve estar disponível quando da implantação do sistema.

6 – Item 2.4.8 (p.4): "Nos fluxos de trabalho deverão aparecer no mínimo as informações: data do envio da intimação, data do recebimento, número do processo judicial no padrão do Conselho nacional de Justiça, nome da parte passiva principal, vencimento e resumo do conteúdo da intimação."



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623

licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Questionamento: Tendo em vista que o fluxo opera com diferentes filas específicas de trabalho, entendemos que este deve expor apenas as principais informações de cada processo e referida pendência, logo o conteúdo da intimação deve estar exclusivamente no documento da pasta digital, visando a não poluição de informações na tela dos procuradores ou demais operadores do direito. É correto nosso entendimento?

O acesso ao conteúdo da intimação deve estar disponível no sistema, ainda que seja através da pasta digital.

7 – Item 3 (p.5): "CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ESPECÍFICAS PARA ATENDER O SETOR DE DÍVIDA ATIVA"

Questionamento: No que tange aos aspectos gerais do item supracitado, podemos entender que a contratada deve realizar a migração de todos os processos de EF disponibilizados nas bases do TJ/SP?

Sim, desta forma mantemos as todas as informações para andamentos e consultas.

8 – Item 3.1.1 (p.5): "Das funcionalidades"

Questionamento: Em atenção ao item citado acima, é correto entender que o sistema deve apontar os erros havidos no processamento de informações enviadas ao TJ, para, quando possível, seja realizado a devidas correções pelo usuário, podendo este ser pelas filas de trabalho?

Este item apontamos pelo fato de que no envio das informações podem conter problemas, ou seja, informação em campo inadequado, ou informação conflitante. Para estes exemplos geralmente a intervenção é feita no cadastro do sistema comercial e enviado nova massa de dados. No caso de informação em campo inadequado, já chegamos a enviar numero de telefone em campo com outra finalidade e no caso de informação conflitante, já enviamos contas para execução fiscal com status de ajuizada. Isso gera transtorno e demora para descobrir o que está errado.

9 – Item 3.1.3 (p.5): "Permitir selecionar as cda's por valores e por data de vencimento, para envio a execução fiscal;"

Questionamento: É correto entendermos que o valor data de vencimento da CDA como a data de prescrição? E, sendo esta a data da prescrição, podemos afirmar que o sistema Comercial do SEMAE deve informar esta data para o sistema da Procuradoria?

O "permitir selecionar valores e data de vencimento" é para estabelecer prioridade, não significa que tendo um relação grande de débitos, do mesmo devedor, inclusive prescritos no meio deles, não mandaremos todos para execução fiscal.

10 – Item 3.1.6 (pg.5-6): "Disponibilizar relatórios gerenciais, por exemplo, quantidade de cda's disponibilizadas para a PJ (emitidas), quantidade de cda's ajuizadas, quantidade de cda's com processo finalizado, quantidade de cda's com processos extintos. Para todas as situações, o relatório deverá trazer a informação sintética e analítica, identificando os casos por código do SEMAE, número de cda, nome e CPF/CNPJ. Permitir o transporte para Excel. Filtrar por período, ou seja, permitir a seleção das datas de início e fim para a geração do relatório;"

Questionamento: O que se entende por CDA com processo finalizado?

Todos débitos de determinada CDA foram quitados.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623

licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Questionamento: O que se entende pelo código do SEMAE?

Identificação relativa ao débito. Para os casos de contas de água, temos o número do código de ligação, porem há outros tipos de débitos, inclusive sem matrícula vinculada.

11 – Item 3.1.8 (p.6): "Permitir a atualização das informações no sistema de execução fiscal, sempre que necessário;"

Questionamento: Entende-se pelas informações passíveis de atualização no sistema de execução fiscal aquelas informações relacionadas aos processos e partes?

Sim.

Questionamento: Por outro lado, as informações de débitos são responsabilidade de atualização exclusiva do sistema Comercial, de forma a não haver divergência de informações entre bases?

Sim, atualmente geramos uma massa de dados que é processada no sistema de execução fiscal. Nessa massa de dados enviamos varias informações por exemplo, de novas CDA's, de cancelamento de CDA, de débitos parcelados, quitados, etc.

12 – Item 3.1.9 (p.6): "Treinamento no local de trabalho e em carga horária compatível com a complexidade do trabalho;"

Questionamento: Podemos entender que o item 3.1.9, refere-se aos treinamentos realizados no período de implantação da ferramenta?

Isso depende da complexidade de informações e material de apoio a ser disponibilizado. Desde que as informações necessárias para trabalhar com esse sistema sejam devidamente assimiladas nesse período, sim.

13 – Item 3.2.2 (p.6): "Esse arquivo deverá permitir sua exportação para Excel, para conferência por amostragem de que a atualização no sistema de dívida ativa/faturamento foi efetuada de forma correta, para isso deverá apontar qual informação é rastreável (chave de consulta);"

Questionamento: Do que se trata essa informação rastreável (chave de consulta)? Podem esclarecer?

Atualmente o retorno das informações apresenta falhas, não descobertas anteriormente, devido a complexidade de fazer a checagem por amostragem. Me refiro a chave de consulta a um numero de identificação do débito que seja pesquisável no sistema comercial e no arquivo de retorno. Por exemplo, matricula no caso de contas de água e numero de boleto no caso de extra faturados, etc.

14 – Item 4.16 (p.8): "ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS SISTEMAS APLICATIVO"

Questionamento: É correto entendermos, o sistema suportando o uso de WebServices e assinatura digital de XMLs utilizando o padrão XML-DSig para integrações com aplicações externas, bem como importação e exportação via arquivos texto com layouts pré-estabelecidos, atende-se ao solicitado no item acima?

Sim, desde que, quando utilizados, seja feita também a verificação de integridade dos pacotes XML, conforme versa o item citado.

15 – Item 6.1 (p.9): "ANÁLISE E MIGRAÇÃO DE DADOS"



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623

licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Questionamento: Entendemos que não é necessária a construção de códigos para demais funcionalidades não previstas neste Termo de Referência, não sendo então necessário desenvolvimento para adequação do sistema, é correto nosso entendimento?

Desde que o sistema atenda aos requisitos especificados, de forma funcional, não vemos necessidade de desenvolvimento; essa necessidade dar-se-á quando ficar evidenciado que o sistema não atende a algum item especificado no Termo de Referência, ou ainda, para atendimento de legislação (novas ou alteradas).

Questionamento: Ainda, podemos afirmar como adequações e customizações aos processos de negócios do SEMAE as definições, configurações e parametrizações do sistema e seus fluxos para a realidade do SEMAE?

Exato.

16 – Item 7.1 (p.9): "INTEGRAÇÃO AO SISTEMA COMERCIAL (DA)"

Questionamento: Na eventual troca do sistema comercial utilizado pelo SEMAE, o cronograma para nova integração deve ser estabelecido em acordo entre o SEMAE e a contratada, tendo em vista a dependência do novo fornecedor do sistema comercial. É correto nosso entendimento?

Deverá ser estabelecido cronograma entre as partes envolvidas (responsável pelo sistema comercial, responsável pelo sistema de execução fiscal e SEMAE).

17 – Item 10.1 (p.10): "Deverão ser implementadas todas as alterações possíveis e cabíveis de modo a atender as legislações sem ônus ao SEMAE"

Questionamento: Entendemos para o item supracitado, que devemos adequar o sistema se houver alterações nas legislações federais, é correto nosso entendimento?

Deverá haver adequação relacionada e determinada em legislações de qualquer esfera (municipal, estadual e federal), validada pela Procuradoria Jurídica do SEMAE.

18 – Item 11 (p.11): "SUPORTE"

Questionamento: Podemos entender como tempos máximos ao chamado técnico e apresentação da solução do problema os seguintes prazos: Gravidade 4: até 6 (seis) horas corridas; Gravidade 3: até 24 horas úteis; Gravidade 2: até 40 horas úteis e Gravidade 1: até 20 dias úteis?

Não, o entendimento está incorreto; os prazos máximos são exatamente os estabelecidos no item 11.3.

19 – Item 11.7 (p.11): "A CONTRATADA deverá realizar visitas técnicas programadas ou quando necessário em razão de não solução quando do suporte técnico."

Questionamento: Tendo em vista o sistema ser ofertado na modalidade SaaS e, portanto, disponibilizado em servidores de nuvem, entendemos que toda solução de suporte técnico pode e deve ser selecionada de forma remota, é correto nosso entendimento?

Em exceções, nas situações em que o suporte técnico não possa resolver de forma remota, deverá ser programada visita técnica, até para evidenciar que o problema seja algo relacionado a infraestrutura, por exemplo.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623

licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

20 – Item 11.8 (p.11): "A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações necessárias para qualquer tipo de integração e/ou transição de equipamentos e/ou sistemas durante e até 3 (três) meses após a vigência do contrato de forma que não prejudique a continuidade dos serviços da autarquia."

Questionamento: É correto entendermos pelo item 11.8 que a contratada deve fornecer um export de toda a base de dados da proponente?

Sim, inclusive, assim como qualquer tipo de informação necessária relacionada à integração e transição, conforme versa o item citado.

21 – Item 12.9 (p.14): "A CONTRATADA deverá disponibilizar manual do sistema para usuários em formato digital, no idioma Português – Brasil, permitindo a perfeita interpretação pelos usuários envolvidos."

Questionamento: É correto entendermos pelo item citado acima, que a contratada poderá optar pelo fornecimento de uma plataforma com conteúdo sobre todas as funcionalidades do sistema, além de uma plataforma de ensino EaD sobre suas funções?

Sim, desde que esteja no idioma citado, além de permitir perfeita interpretação, conforme versa o item.

22 – Item 2.1.3 (p.2): "O sistema deverá disponibilizar o cadastro de no mínimo 5 (modelos) modelos de petições iniciais, as quais serão previamente criadas e formatadas por esta Procuradoria, bem como possibilitar a elaboração livre no ato da distribuição."

Questionamento: Podemos entender como suficiente o cadastro de 1 modelo de petição inicial?

Independente do número de modelos (apenas estimados), estes deverão comportar e preencher de forma automática todas as informações contidas nas CDA's geradas pela Dívida Ativa, como por exemplo, que contenha mais de um devedor.

23 – Item 4.15 (p.8): "Deverá registrar logs com o histórico de autenticação (data e hora) no qual casa usuário acessou o sistema e ações realizadas pelos usuários, permitindo visualização em tela apropriada para consulta das operações registradas no log de auditoria;"

Questionamento: Não entendemos como necessário um histórico de autenticações de cada usuário, e sim, um histórico de todas as ações realizadas (inclusão, exclusão, alteração) nas principais telas do sistema, contendo registro de data, hora e o usuário que realizou. É correto nosso entendimento?

O histórico de autenticações visa uma eventual auditoria interna de acessos; dessa forma, necessário, devendo estar disponível quando da implantação do sistema.

24 – Item 8.2 (p.10): "O acompanhamento de uso inicial dar-se-á pelo período necessário ao perfeito domínio dos sistemas aplicativos pelos usuários responsáveis pela operação do sistema."

Questionamento: Baseado em nossa expertise com mais de 60 (sessenta) Procuradorias como clientes, é correto entendermos que 10 (dez) dias úteis é o período necessário para o acompanhamento assistido do sistema pelos usuários responsáveis pela operação?

Não podemos confirmar essa premissa, pode ser que seja necessário menos ou mais tempo, dependendo de fatores alheios, como interface e comandos intuitivos do sistema ofertado, metodologia de ensino e corpo técnico da contratada envolvido nessa necessidade, além da assimilação pelos



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623

licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

usuários; podemos afirmar que os usuários envolvidos já possuem noção e experiência de uso nesse tipo de sistema.

25 – Item 9.4 (p.10): "A CONTRATADA deverá realizar treinamentos periódicos acerca de novas funcionalidades e dúvidas dos participantes designados pela Autarquia."

Questionamento: Tratando-se de atualizações que interfiram pouco na rotina dos usuários as capacitações podem se dar de forma remota, é correto nosso entendimento?

Sim, desde que o treinamento ministrado seja satisfatório; não atendido dessa forma, deverá ser disponibilizado outro meio e forma para complemento do treinamento.

26 – Item 12.4 (p.13): "DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA"

Questionamento: No que tange ao item 12.4.3, quais serão os padrões de segurança do TI do SEMAE?

Esse requisito está inserido no contexto de que, caso seja necessário utilizar algum equipamento da contratada no ambiente computacional do SEMAE, que o mesmo tenha padrões de segurança como, por exemplo, protocolos e adaptadores de rede para autenticação compatíveis conforme disponibilidade no local (rede WiFi e/ou cabeada, por exemplo), sistema operacional e/ou navegadores compatíveis para autenticação em firewall da rede do SEMAE (gateway para internet, por exemplo), além de software antivírus com firewall ativo e atualizado, que bloqueie ameaças e disseminação de vírus por rede; caso seja detectada e evidenciada alguma anormalidade e eventual prejuízo em decorrência da inobservância destes e demais padrões comuns utilizados em redes computacionais corporativas, a contratada será responsabilizada, cabendo providências de acordo com o entendimento das áreas responsáveis do SEMAE.

Questionamento: Quanto ao item 12.4.9, entendemos que esta é uma obrigação da CONTRATANTE, é correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento esteja errôneo e, caso a empresa contratada atualmente seja vencedora do certame, esta poderá utilizar o convênio firmado atualmente com o TJSP?

Esse requisito está inserido no contexto de suposta autorização do TJSP necessária para que a CONTRATADA utilize os recursos de integração disponíveis e possa comercializar esse tipo de serviço entre os seus clientes; caso ainda não seja necessário ou futuramente seja, a CONTRATADA deverá providenciar tudo a que lhe cabe, mantendo tudo de forma regular.

José Hermes Gallucci

Chefe do Setor de Suprimentos